



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Movimentos Sociais e Serviço Social.

SERVIÇO SOCIAL, MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA: REFLEXÕES A PARTIR DE EXPERIÊNCIA COLETIVA NA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE

Mayara Talita Sales Leite¹

Resumo: O presente trabalho busca problematizar e refletir sobre a organização coletiva no contexto da residência multiprofissional em saúde. A partir de pesquisa bibliográfica, retoma discussões realizadas amplamente pelo Serviço Social. Relaciona teoria-prática ao trazer a experiência concreta do coletivo de residentes multiprofissionais da Universidade Federal de São Paulo.

Palavras-Chave: Organização coletiva, Residência multiprofissional, Serviço Social.

Abstract: The present work seeks to problematize and reflect on the collective organization in the context of multiprofessional residency in health. From bibliographical research it resumes discussions carried out widely by Social Work. It relates theory-practice by bringing the concrete experience of the collective of multiprofessional residents of the Federal University of São Paulo.

Keywords: Collective organization, Multiprofessional residency, Social Worker.

INTRODUÇÃO

O presente artigo discutirá a participação do assistente social nos espaços de organização coletiva dos residentes multiprofissionais na Universidade Federal de São Paulo, buscando refletir sobre as contribuições que essa ação proporciona para a formação na pós graduação na modalidade *Latu Sensu* - residência em serviço social e as possibilidades de reafirmação do direcionamento ético político da/do Assistente Social, construído coletivamente pela categoria profissional, embasado na teoria social de Marx, que se expressa nos aparatos normativos da profissão²: Código de Ética do Assistente Social; a lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662/93 e a Lei de diretrizes e bases curriculares da ABEPSS).

A opção por discutir esse tema está relacionada ao processo de formação como Assistente Social, que se inicia a partir das reflexões engendradas durante a graduação em

¹ Profissional de Serviço Social, Universidade Federal de São Paulo, E-mail: mayarasalesleite@gmail.com

² O Código de Ética Profissional que afirma ser direito do Assistente Social “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania” 1993, art.12, alínea b. A lei de regulamentação da profissão que explicita que o Assistente Social deve “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade” (Lei n. 8.662, 1993, art. 4º, parágrafo IX).

Serviço Social e ampliadas para os espaços de estágio profissional, do movimento estudantil, nos eventos da categoria profissional, e com a inserção na pós-graduação Lato Sensu na Residência Multiprofissional em Serviço Social com ênfase em Saúde da Criança e do Adolescente, incluindo principalmente a participação na composição da gestão “Fortalecer” da Associação de Residentes Multiprofissionais - AREMULTI, coletivo articulado e mantido pelos residentes multiprofissionais da UNIFESP.

Ao discutir sobre a participação do Assistente Social nos espaços de organização coletiva e, conseqüentemente, sobre a participação enquanto residente na gestão da AREMULTI, compartilha-se da ideia de que esses espaços “de educação não formal” também são motivadores de ideias, reflexões e problematizações, portanto, contribuem para o processo de formação profissional. Sendo assim, encontramos mais um indicador que aponta para a relevância de trazer elementos para análise do Serviço Social frente à questão da organização coletiva do residente de Serviço Social.

A/O Assistente Social é o profissional que tem como objeto de trabalho as expressões da questão social, que é o resultado da contradição da relação capital trabalho. Trazendo para a concretude das possibilidades de intervenção profissional da/do Assistente Social, essas contradições do sistema capitalista se expressam (para a classe trabalhadora) na falta de acesso a uma vida digna e determinados direitos como saúde, educação, moradia, assistência social etc. Em relação à questão social Iamamoto (2001) destaca que

“A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão”. (IAMAMOTO, 2001, p. 11).

As reivindicações da classe trabalhadora por melhores condições de vida ou preservação de direitos conquistados, quando realizadas de maneira organizada, podem denominar-se tecnicamente como movimento social. Essa organização é fundamental para a disputa de poder nos espaços de discussão e decisão política e consciência de classe que permite o reconhecimento da/do trabalhador e de seus pares com a finalidade de construir uma nova ordem societária mais digna e justa.

Além de o objeto de trabalho da/do Assistente Social ser as expressões da questão social, o direcionamento ético político da categoria profissional aponta para a defesa intransigente dos interesses da classe trabalhadora, o que pode resultar como possibilidade concreta na mobilização dos sujeitos sociais para a organização coletiva. Inclusive, o código de ética profissional da/do Assistente Social prevê que a/o profissional deve apoiar, participar e assessorar os movimentos sociais.

Cabe destacar que na atual conjuntura os movimentos sociais e a organização política das/dos trabalhadores vêm sofrendo tensionamentos como cerceamento da

liberdade de expressão e criminalização das lutas sociais. Sempre estiveram em disputa no cenário político brasileiro distintos projetos societários, ora ganhando espaço a garantia dos direitos sociais e políticos da classe trabalhadora, como resultado da luta das/dos trabalhadores/as, ora o aprofundamento de uma política neoliberal, ou seja, uma política com caráter mais privatista e contrarreformista no âmbito do Estado, o que reverbera na redução ou eliminação dos direitos sociais portanto,

Essa conjuntura é marcada, também, pela regressividade das organizações e das lutas dos trabalhadores, seja no campo sindical (no qual há uma hegemonia de um sindicalismo colaborador nos processos de “gestão” da crise) seja, no dos movimentos sociais (hegemonizado por ações defensivas e demandas corporativas e localistas) (DURIGUETTO, 2017, p. 178).

É pertinente destacarmos que as problematizações que se apresentam neste trabalho sobre a participação das/dos Assistentes Sociais residentes em espaços coletivos são possíveis a partir da trajetória sócio-histórica da profissão, seu posicionamento em defesa intransigente dos direitos da classe trabalhadora e a produção de conhecimento na graduação e pós graduação.

DESENVOLVIMENTO

No Brasil, o Serviço Social é legitimado e institucionalizado na década de 1930. A profissão chamada a intervir na questão social inicialmente se apresenta com um viés conservador, reconhecendo as expressões da questão social como problemas individuais dos sujeitos, atribuindo “enfoque individualista, psicologizante e moralizador da questão social” (YAZBEK, 2009 p. 8).

As particularidades desse processo no Brasil evidenciam que o Serviço Social se institucionaliza e legitima profissionalmente como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, com o suporte da Igreja Católica, na perspectiva do enfrentamento e regulação da Questão Social, a partir dos anos 30, quando a intensidade e extensão das suas manifestações no cotidiano da vida social adquirem expressão política. A Questão Social em suas variadas expressões, em especial, quando se manifesta nas condições objetivas de vida dos segmentos mais empobrecidos da população, é, portanto, a “matéria-prima” e a justificativa da constituição do espaço do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho e na construção/atribuição da identidade da profissão. (YAZBEK, 2009, p. 6)

Nessa época, o Serviço Social sofre influências da Igreja Católica na construção do que seriam os fundamentos teóricos da profissão, naquele momento, como também nos parâmetros que serviam de base para a intervenção profissional.

É pertinente destacar que o conservadorismo presente se intensifica “tecnicamente ao entrar em contato com o Serviço Social norte-americano e suas propostas de trabalho permeadas pelo caráter conservador da teoria social positivista” (YAZBEK, 2009, p. 9).

Esse contexto passa a sofrer tensionamentos em meados dos anos 60, quando “as novas configurações que caracterizam a expansão do capitalismo mundial, que impõem à América Latina um estilo de desenvolvimento excludente e subordinado,” provocam inquietações e questionamentos para a profissão, que “assume um processo de revisão global, em diferentes níveis: teórico, metodológico, operativo e político”. (YAZBEK, 2009, p. 6).

Este movimento de renovação que surge no Serviço Social na sociedade latino-americana impõe aos assistentes sociais a necessidade de construção de um novo projeto comprometido com as demandas das classes subalternas, particularmente expressas em suas mobilizações. É no bojo deste movimento, de questionamentos à profissão, não homogêneos e em conformidade com as realidades de cada país, que a interlocução com o marxismo vai configurar para o Serviço Social latino-americano a apropriação de outra matriz teórica: a teoria social de Marx. Embora esta apropriação se efetive em tortuoso processo. (YAZBEK, 2009, p. 7).

As mudanças assumidas pelo Serviço Social latino-americano tomam sua forma particular em cada país, devido ao contexto particular econômico e político que cada um enfrentava na época. No Brasil, o movimento foi protagonizado pela categoria de Assistentes Sociais em tempos de ditadura militar, sendo possível, nesse primeiro momento, “priorizar um projeto tecnocrático/modernizador, do qual Araxá e Teresópolis são as melhores expressões” (YAZBEK, 2009, pág. 7). Entre às décadas de 60 e 70, o Serviço Social ainda não assume inteiramente um caráter crítico marxista e

estas tendências, que configuram para a profissão linhas no teórico-metodológica tenderão a acompanhar a trajetória do pensamento e da ação profissional nos anos subsequentes ao movimento de Reconceituação e se conservarão presentes até os anos recentes, apesar de seus movimentos, redefinições e da emergência de novos referenciais nesta transição de milênio (YAZBEK, 2009, p. 9).

As décadas de 70 e 80, seguindo com o avanço crítico do Serviço Social, configuraram solo fértil para a construção de um novo projeto ético político para a categoria profissional. Um projeto, como já explicitado nas linhas anteriores, mais crítico e assumindo compromisso com os interesses da classe trabalhadora e a construção de uma outra ordem social, ou seja, mais justa e igualitária. Além disso,

Esquemáticamente, este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. (NETTO, p. 15)

O projeto profissional do Serviço Social elegeu como valor um direcionamento ético-político que vai ao encontro da defesa dos interesses da classe trabalhadora e da democracia enquanto socialização da riqueza socialmente produzida e da participação nas decisões políticas. Assumindo o compromisso em busca da eliminação de todas as formas de opressão e exploração.

Também é elucidada, na discussão de Netto (1999, a importância da organização da categoria profissional como condição para (re)afirmar os valores definidos por ela na construção de seu projeto profissional e defendê-los frente às instituições públicas e privadas e usuários dos serviços oferecidos, nas palavras do autor, para que o “projeto profissional se afirme na sociedade, ganhe solidez e respeito frente às outras profissões” (p. 4).

Além do desafio pela busca da organização no interior da categoria profissional, enquanto estratégia de (re)afirmação do projeto ético político na sociedade, as (os) Assistentes Sociais encontrarão limites oriundos da organização capitalista onde impera hegemonicamente um projeto societário dotado de valores neoliberais que vão na contramão do que é defendido pelo projeto profissional do Serviço social. De acordo com Netto,

[...] é evidente que a preservação e o aprofundamento deste projeto, nas condições atuais, que parecem e são tão adversas, dependem da vontade majoritária do corpo profissional – porém não só dela: também dependem vitalmente do fortalecimento do movimento democrático e popular, tão pressionado e constrangido nos últimos anos.(NETTO, 1999, p. 19).

A complexa condição atual política e cultural dificulta não só a afirmação e reconhecimento do projeto profissional do Serviço Social, como também o fortalecimento das lutas sociais. No entanto, como afirma Netto, o Assistente Social tem potencial para contribuir com a organização política dos trabalhadores. Essa ideia consegue ganhar a representação teórica de Duriguetto (2013) que afirma que “dar vida ao projeto ético-político exige de nós o compromisso com o fortalecimento das lutas sociopolíticas vinculadas às classes subalternas, o que, por sua vez, demanda a aliança com os sujeitos coletivos que as protagonizam”. E responder concretamente às expressões da questão social de maneira coerente com o projeto político profissional tem relação com o conjunto de opções teórico, ideológico, ética e política que a/o profissional faz. Uma categoria dependente da outra. Netto (2009, p. 148) nos ressalta que “uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma direção político-profissional”.

Devido ao histórico profissional, seu caráter sócio técnico, seu posicionamento em defesa intransigente dos interesses da classe trabalhadora e construção de estratégias de emancipação dos sujeitos, o Serviço Social se debruça em discutir, refletir e incorporar, também nas suas atribuições a participação profissional nos movimentos sociais e espaços de organização coletiva e

[...] Sua natureza contraditória abre a possibilidade de, para além das demandas dos espaços sócio-ocupacionais em que estamos inseridos, atuarmos nos processos de mobilização popular e de fortalecimento dos movimentos sociais e organizações dos trabalhadores. Dessa forma, podemos contribuir para o desenvolvimento das ações coletivas dos sujeitos com os quais trabalhamos na perspectiva da defesa, da conquista e da ampliação dos direitos e da construção de uma sociedade emancipada (DURIGUETTO, 2013).

A/O Assistente Social precisa assumir o desafio de apreender de que maneira as expressões da questão social atingem os sujeitos e fomentar as estratégias coletivas existentes como resposta, “ou seja, o desvelamento das formas de organização e das potencialidades de mobilização e de luta” (DURIGUETTO, 2014, p. 189). É preciso não só responder às demandas imediatas, mas também se organizar em direção à construção de outra ordem social, numa perspectiva coletiva e revolucionária.

Duriguetto (2014) traz um apanhado da relação do Serviço Social com os movimentos sociais e aponta a contradição, a partir da década de 90, onde se inicia o processo de criação de uma base mais sólida no interior da profissão em relação a assumir o direcionamento do projeto ético político marxista. Por outro lado, a ligação das/dos profissionais com as lutas e movimentos sociais aparece de maneira escassa, o que ainda é presente nos dias atuais.

“a área temática de menor investimento na pesquisa refere-se aos ‘conflitos e movimentos sociais, processos organizativos e mobilização popular’, o que é motivo de preocupações”. Marques (2010) constata que entre os trabalhos publicados nos Anais dos CBAS e do ENPESS, realizados entre 1995 e 2008, somente 3% tematizam os movimentos sociais. Nesse conjunto, já exíguo, somente 6% expõem experiências de intervenção profissional junto aos movimentos sociais (DURIGUETTO, 2014, p. 185).

Importante trazer dados como esses, pois indicam que temos muito a avançar no que diz respeito ao investimento de energia e produção de conteúdo sobre a relação do Serviço Social com os movimentos sociais e para que reconheçamos as iniciativas construídas pela categoria profissional como o caso do Grupo Temático de Pesquisa Movimentos Sociais e Serviço Social criado pela ABEPSS (DURIGUETTO, 2014, p.188).

A autora também reforça que a relação interventiva do Serviço Social com os movimentos sociais está expressa na Lei de Regulamentação da profissão (1993) e no Código de Ética (1993) e que “essas diretivas não constituem apenas dimensões normativas, mas orientações tático-estratégicas e ético-políticas” (DURIGUETTO, 2014, p. 188). Duriguetto (2014) também aponta para as inúmeras possibilidades interventivas da/do profissional “contribuir para a discussão das políticas e para a construção de alternativas para suas reivindicações” sendo espaços como fóruns, conselhos de direitos, conferências e etc. (p. 190).

Além de contribuir para a resistência da classe trabalhadora e tensionamento às políticas de caráter focal, esse conjunto de ações tende a conduzir a contestação de “uma cultura profissional que tende a dar primazia à ação prática e aplicada no âmbito imediato e circunscrito aos limites das demandas institucionais posta à profissão” (DURIGUETTO, 2014, p. 191).

Para introduzir a experiência vivida pela residente no coletivo, é importante caracterizarmos esse cenário contraditório de formação que é a residência multiprofissional em saúde para iluminar a discussão proposta que partiu deste espaço. Atribuímos adjetivo de “cenário contraditório” a esse tipo de formação, tendo em vista que o objetivo é formar profissionais para o Sistema Único de Saúde e, devido ao seu caráter de valorização da dimensão técnica da formação, acaba não oferecendo condições para que as/os residentes explorem outras vivências que somem na construção da identidade profissional, como a organização coletiva tão essencial também para defender o próprio Sistema Único de Saúde dos ataques e sucateamento que foi exposto.

As residências multiprofissionais em saúde existem desde 2005 e foram estabelecidas a partir da lei nº 11.129/2005. Os programas de residência são orientados pelos princípios fundamentais do Sistema Único de Saúde e baseados nas necessidades regionais e locais do SUS e são coordenados pela Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde -CNRMS. Integram os programas de residência em saúde as profissões: Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional de acordo com a Resolução CNS nº 287/1998.

Em 2005, por meio da Lei Federal nº 11.129, o MEC e o MS instituem a CNRMS no âmbito do Ministério da Educação (BRASIL, 2005; 2006a), abrindo campo para a regulamentação da Residência Multiprofissional em Saúde, considerada estratégica na consolidação de uma política de formação de recursos humanos para a saúde, consonantes com os princípios e diretrizes do SUS (RODRIGUES, 2016, p. 73).

Os programas de residência se caracterizam como pós graduação lato sensu destinada às áreas profissionais já citadas, combinando a formação teórica ao ensino em serviço. Para receber a titulação, exigem da/do residente um cumprimento de 5.760 horas no total, o que equivale a uma carga horária de 60 horas semanais em regime de dedicação exclusiva, além da entrega do trabalho de conclusão de curso. De toda a carga horária, apenas 20% é destinada ao ensino teórico e os outros 80% destinados a prática.

Sessenta horas semanais implica a intensificação do trabalho dos residentes e segue contrária a luta mais geral dos trabalhadores quanto à carga horária de 30 horas semanais. Consideramos esta discussão necessária nos espaços organizativos instâncias legais dos Programas de Residência para a construção de outros marcos legais que avancem na perspectiva de revisão desta extensa carga horária (RODRIGUES, 2016 p. 78-79).

Além de implicar na intensificação do trabalho dos residentes, a carga horária intensa e a discrepância entre o que é destinado ao ensino teórico e prático produz um cenário que não favorece reflexões e criatividade para discussões e se pensar novas formas de trabalho que contribuam para a efetividade dos princípios do SUS. Esse assunto é discutido amplamente entre as/os residentes multiprofissionais local e nacionalmente nos espaços do coletivo da UNIFESP e no fórum nacional de residência multiprofissional. E, como um dos

encaminhamentos do encontro de 2018, sediado no Rio de Janeiro, produziu uma carta aberta em posicionamento contrário às sessenta horas semanais.

Sobre a inserção dos profissionais na saúde pública, conforme preconizado pelo Projeto Pedagógico dos programas de residência, os investimentos públicos com a qualificação profissional nem sempre têm retorno para a população, na medida em que esses profissionais são absorvidos pelo setor privado; a ênfase na modalidade de ensino em serviço valoriza o âmbito puramente técnico das profissões. O cumprimento e a supervalorização dessa carga horária dificultam a participação dos residentes em espaços de reflexões e organização coletiva dos profissionais/classe trabalhadora, tendo em vista o cansaço físico e mental que se acumula. Dessa forma, tende-se a perder na qualidade do atendimento e respostas profissionais, sendo as/os usuárias (os) do SUS um dos maiores prejudicados neste processo.

Essas questões mencionadas anteriormente vêm sendo discutidas e denunciadas através dos encontros discentes³, ou procura dos residentes por residentes membros do coletivo AREMULTI, envio de e-mails contando situações de assédio ou descumprimento do regimento da residência multiprofissional, etc. Além disso, existem eventos acadêmicos locais, como o caso do SIREMULTI e nacionalmente como o encontro anual organizado pelo Fórum Nacional de residência em Saúde - FNRS, criado e articulado pelos próprios residentes. E, também, as iniciativas das categorias profissionais, como exemplo o Serviço Social que, através da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS e o conjunto CFESS CRESS/SP, organiza e estimula a participação no encontro de residência multiprofissional e Aprimoramento na área da saúde, contribuindo para a discussão dessas temáticas e para organizar estratégias de enfrentamento. Esses espaços proporcionam momentos reflexivos, possibilitando (re)pensar e discutir o processo de ensino aprendizagem da residência multiprofissional em saúde.

Importante contextualizar a Associação dos Residentes Multiprofissionais - AREMULTI na Universidade Federal de São Paulo. Esse coletivo, criado e articulado pelos residentes multiprofissionais desde 2014, a partir das inquietações das (os) residentes e do desejo de efetivar o potencial de formação da residência multiprofissional.

Sua primeira gestão, a “Transformação”, que iniciou brilhantemente os tensionamentos locais e galgaram às primeiras conquistas coletivas dos residentes na UNIFESP. Como exemplo, conquistaram o espaço de representação dos residentes multiprofissionais dentro da comissão de moradia, efetivaram a participação prevista pela

³ Uma conquista da organização coletiva dos residentes multiprofissionais. Esse horário consiste em uma liberação de todas(os) residentes do campo de prática para reunião e discussão de assuntos que são do seu interesse. A data é aprovada no colegiado da Comissão de Residência Multiprofissional - COREMU e compõe o calendário de atividades da/do residente.

Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde - CNRMS na Comissão de Residência Multiprofissional - COREMU, e, também, realizaram o primeiro Simpósio de Residência Multiprofissional - SIREMULTI em parceria com a COREMU e a Pró Reitoria de Extensão e Cultura - PROEC da UNIFESP. Nos anos seguintes, ocuparam o cenário coletivo as gestões “Resistência”, responsável por organizar o segundo SIREMULTI, trazendo discussões reflexivas em defesa da saúde pública e também da formação de qualidade para os residentes, “Candombá” e a gestão “Fortalecer”⁴ composta por duas Assistentes Sociais, dois Enfermeiros, dois farmacêuticos e um fisioterapeuta.

Os integrantes das gestões da AREMULTI são de diversas profissões, o que parece obviedade devido ao caráter multiprofissional da residência. Temos registros de que em todas as gestões ocuparam esse cenário alguma profissional do Serviço Social o que remete ao compromisso ético-político destes Assistentes Sociais.

Devido ao caráter multiprofissional da residência, é muito importante que essa característica também esteja presente na organização coletiva dos residente,s enquanto AREMULTI, pela contribuição plural no debate das ideias e também pela possibilidade de abarcar o maior número de situações cotidianas vivenciadas pelos residentes. No entanto, a participação da/do Assistente Social na AREMULTI traz um diferencial para o coletivo à medida que, pela formação profissional que possui, confere uma habilidade crítico reflexiva de análise de conjuntura, compreensão ampla da realidade sem julgamento de valores, preconceito, compreendendo a saúde, enquanto política pública, direito do cidadão e dever do estado.

Em determinados momentos do recente histórico da AREMULTI, também se percebe um caráter regressivo da luta dos residentes multiprofissionais, marcando ações defensivas sem avanços concretos, não devendo ser tratada essa observação como uma crítica simplista, mas sim no sentido de ressaltar que o direcionamento das ações e estratégias do coletivo tem muita relação com o caráter incorporado pelos movimentos sociais na atualidade. Além disso, num cenário de mais de trezentos residentes multiprofissionais na Universidade a gestão Fortalecer foi composta por uma média de seis residentes no campus São Paulo da UNIFESP durante a gestão. Situação que remete à falta de reconhecimento dos residentes enquanto pares e/ou trabalhador (a) do Sistema Único de Saúde e parte da classe trabalhadora, como também uma possibilidade de descrença pela organização coletiva. Em uma pesquisa realizada pela AREMULTI em 2017 (gestão Candombá), houve o questionamento as/aos residentes sobre se consideravam importante a continuidade do coletivo na UNIFESP e, contraditoriamente, 99% das/dos

⁴ Gestão Fortalecer ganha destaque pelo fato da participação da residente responsável por esse relato de experiência.

residentes afirmaram que “sim”. Trazemos como contraditório porque não vemos um número tão expressivo de residentes contribuindo de maneira concreta para o planejamento e efetivação de ações coletivas.

Não podemos nos refutar a trazer a análise da totalidade no que diz respeito ao “lugar” que as reivindicações coletivas e os movimentos sociais são colocados por uma parte da sociedade. Alguns setores sociais marcados pelo senso comum e tantos outros marcados pela ideologia neoliberal de estado mínimo contribuem para construção de uma imagem negativa de qualquer movimento social ou iniciativa de organização coletiva.

No entanto, mesmo frente a todas as dificuldades apresentadas, a AREMULTI se prestou a debater e construir estratégias e ações que iam de encontro a perspectiva de uma educação de qualidade que pudesse reverberar de maneira positiva nos espaços em que se efetiva o ensino em serviço do Sistema Único de Saúde. Defender uma formação de qualidade para a residência multiprofissional, para a AREMULTI, também é sinônimo de defesa da saúde pública universal e de qualidade que vem sendo duramente atacada pela política neoliberal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tempos de intensificação do desmonte de políticas públicas, privatização dos serviços de saúde e aprofundamento da política neoliberal, é urgente pensar em estratégias para a ampliação da luta coletiva em defesa dos interesses da classe trabalhadora. Defender formação de qualidade, saúde pública universal, gratuita e de qualidade é a principal pauta de luta travada pelas (os) residentes. O atual contexto convoca os que compactuam de um projeto societário contrário à mercantilização de todas as dimensões da vida social, para somar em direção ao enfrentamento dessas questões e a articulação de um outro modo de organização social, pautado nos valores de justiça e equidade, sem qualquer tipo de exploração ou opressão direcionado a emancipação do ser social.

Baseando-se nessa perspectiva e também na direção ético-política da categoria profissional é que reconhecemos como relevante a discussão acerca da inserção dos Assistentes Sociais nos espaços de organização coletiva, neste caso especificamente no contexto da residência multiprofissional e da organização coletiva dos residentes, representada através da Associação dos Residentes Multiprofissionais - AREMULTI.

Além disso, a pós graduação na modalidade residência deveria configurar um cenário favorável para inserção dos residentes nos espaços de organização coletiva (pela característica da formação que idealiza preparar trabalhadores para o Sistema Único de Saúde - SUS em consonância com os seus princípios e articulado com as suas

necessidades e as demandas dos usuários) desde espaços de organização da sociedade civil, onde o objetivo é alcançar o chamado controle social, aos espaços de organização coletiva dos próprios residentes, o que ganhará destaque neste trabalho.

Na atual conjuntura, extremamente desfavorável ao levante de qualquer bandeira da classe trabalhadora, e, com fortes ataques aos direitos sociais conquistados, é imprescindível que a/o Assistente Social esteja munida(o) de seu conjunto de saberes e fortaleça a resistência, e que construa estratégias para contribuir com a mobilização e organização da classe trabalhadora.

A AREMULTI proporciona uma vivência coletiva valiosa de organização. Cada membro, com sua singularidade, contribui para o andamento do coletivo e o enfrentamento das demandas concretas das/dos residentes. Um espaço de luta e resistência que colabora para que os sujeitos que o fazem saiam do papel político de passividade e contribuam para a transformação das dificuldades encontradas em direção a superação de uma formação fragmentada e acrítica. Acreditamos que a experiência aqui relatada contribua para a discussão e problematização sobre a relação do serviço social com o tema e também para o registro de um trabalho árduo e importante de um coletivo, trabalho realizado por muitas mãos (e profissões) que contribui para resistir a uma educação com proposta de ensino em serviço sem qualidade e voltada apenas a interesses mercadológicos.

Que a experiência na AREMULTI sirva para as/os Assistentes Sociais, que pelo coletivo passaram, e as/aos que ainda passarão seguirem multiplicando as ações de politização das expressões da questão social e no fortalecimento a organização coletiva em qualquer espaço de ação profissional tendo como luz a materialização do projeto ético político da categoria. Às/Aos demais profissionais, que sigam transformadas(os) pela vivência da ação coletiva e somem na militância pela luta das trabalhadoras e trabalhadores.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (orgs.). **Movimentos Sociais e Serviço Social uma relação necessária**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Movimentos Sociais e serviço social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas. In: **Movimentos Sociais e Serviço Social uma relação necessária**/Maria Beatriz Abramides, Maria Lúcia Duriguetto (orgs.) 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

_____, Maria Lucia. Questão Social, Sociedade Civil e lutas sociais: desafios ao Serviço Social. **Revista Conexão Geraes. CRESS/MG** n° 4/2013. Disponível em <<http://cress-mg.org.br/publicacoes/Home/Lei/32>>. Acesso em 24 de jul 2018.

_____, Maria Lúcia; BALDI, Luiz Agostinho de Paula. Serviço Social, mobilização e organização popular: uma sistematização do debate contemporâneo. **Rev.**

katálysis, Florianópolis , v. 15, n. 2, p. 193-202, Dez. 2012 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802012000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 Abr. 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão Social no Capitalismo. (9 – 31). **Rev. Temporalis**. ABEPSS. Ano II nº 3, 2001.

_____, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social (342 – 371). In: **SERVIÇO SOCIAL: Direitos Sociais e Competências profissionais**, CFESS – ABPSS (orgs.), Brasília, 2009.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social e saúde: Formação e trabalho profissional**. 1999.

_____, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1ª ed. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2011.

RODRIGUES, Teresinha de Fátima. Residências Multiprofissionais em Saúde: Formação ou trabalho?. **Revista Serv. Soc. & Saúde**, Campinas, SP v.15, n. 1 (21), p. 71 - 82, jan./jun. 2016 ISSN 16766806.

YASBEK, Maria C. **Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade**. CFESS/ABEPSS, Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais, 2009. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/yazbek-201608060401395873620.pdf>> Acesso em: 30 mar. 2019.

_____, Maria C. O significado sócio-histórico da profissão. CFESS/ABEPSS, **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**, 2009. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/3D6F81pn1Nsm7lhGdgh1.pdf>> Acesso em: 30 de mar. de 2019.